

# COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

## PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 22, DE 2011

Cria, no âmbito da Câmara dos Deputados, dentre as suas Comissões Permanentes, a Comissão da Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional - CINDERG, e dá outras providências.

**Autor:** Deputado José Guimarães

**Relator:** Deputado Alencar Santana Braga

### I - RELATÓRIO

O Projeto de Resolução nº 22, de 2011, de autoria do Deputado José Guimarães, cria, no âmbito da Câmara dos Deputados, entre as suas Comissões Permanentes, a Comissão da Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional – CINDERG, definindo seu campo temático como:

- a) desenvolvimento e integração de regiões; planos regionais de desenvolvimento econômico e social; incentivos regionais;*
- b) planos nacionais e regionais de ordenação do território e de organização político-administrativa;*
- c) assuntos de interesse federal nos Municípios, Estados, Territórios e no Distrito Federal;*
- d) desenvolvimento sustentável;*
- e) sistema nacional de defesa civil; política de combate às calamidades;*
- f) migrações internas e mobilidade urbana.*

A intenção de desmembrar a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia é justificada pelo autor, que afirma haver uma sobrecarga de áreas temáticas na atual comissão, com as matérias relativas à Amazônia se sobrepondo às demais.

Com o desmembramento, seria possível direcionar um foco especial sobre a Amazônia, estratégica para o Brasil no cenário internacional, e outro para a integração nacional, de maneira a observar as diferenças regionais, com vistas ao desenvolvimento econômico, à sustentabilidade, além da importante tarefa, de colaborar com a estruturação de uma defesa civil ágil e eficiente.

A matéria foi distribuída a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e à Mesa, para exame e parecer, nos termos do previsto no art. 216, § 2º, do Regimento Interno desta Casa Legislativa.

Aberto o prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição, que tramita em regime de prioridade e está sujeita à apreciação do Plenário.

É o relatório.

## **II - VOTO DO RELATOR**

À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania compete examinar o projeto de resolução em foco quanto aos aspectos de constitucionalidade e juridicidade, inclusive os de boa técnica legislativa e redação, e também quanto ao mérito, já que a alteração regimental proposta é pertinente ao direito processual legislativo, envolvendo a instituição e competência de um novo órgão para atuar no processo de apreciação de proposições legislativas.

O projeto de resolução em exame atende aos requisitos constitucionais formais para tramitação e aprovação pela Câmara dos Deputados. Cuida de tema pertinente à competência privativa da Câmara dos Deputados – alteração em suas normas de organização e funcionamento –, a ser disciplinado por resolução interna da Casa. Como não há reserva de iniciativa legislativa sobre a matéria tratada, a autoria parlamentar revela-se legítima e encontra abrigo na regra geral do *caput* do art. 61 da Constituição Federal.

Quanto ao conteúdo, também não identificamos problemas de compatibilidade entre a medida proposta no projeto de resolução em apreço e os princípios e regras que emanam do texto constitucional, bem como do restante do ordenamento jurídico brasileiro.

Da mesma forma, a técnica legislativa se encontra empregada de forma adequada, exceto quanto ao artigo 2º, que revoga dispositivos inadequados, sobretudo após a alteração regimental promovida pela Resolução n. 23, de 2013, posterior à apresentação do projeto. Ofereceremos emenda para sanar o problema.

Por fim, a proposição é de inegável mérito, uma vez que ambos os atuais eixos temáticos da atual Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia são por demais relevantes, merecendo atenção e especialização.

Isto posto, nosso voto é pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa, com emenda, do Projeto de Resolução nº 22, de 2011 e, no mérito, pela sua aprovação.

Sala da Comissão, em        de        de 2019.

Deputado ALENCAR SANTANA BRAGA  
Relator

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

### **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 22, DE 2011**

Cria, no âmbito da Câmara dos Deputados, dentre as suas Comissões Permanentes, a Comissão da Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional - CINDERG, e dá outras providências.

### **EMENDA Nº**

Dê-se ao art. 2º do projeto a seguinte redação:

"Art. 2º. A Comissão prevista no inciso II do art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados passa a se chamar Comissão da Amazônia".

Sala da Comissão, em        de        de 2019.

Deputado ALENCAR SANTANA BRAGA  
Relator

## **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA**

### **PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 22, DE 2011**

Cria, no âmbito da Câmara dos Deputados, dentre as suas Comissões Permanentes, a Comissão da Integração Nacional e de Desenvolvimento Regional - CINDERG, e dá outras providências.

### **EMENDA Nº**

Inclua-se art. 3º no projeto, com a seguinte redação:

Art. 3º Ficam revogadas as alíneas “c” a “g” do inciso II do art. 32 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Sala da Comissão, em        de        de 2019.

Deputado ALENCAR SANTANA BRAGA  
Relator